

Uma Análise Behaviorista Radical dos Sonhos

Francynete Melo e Silva^{1 2 3 4}
Universidade Federal do Pará

Resumo

Embora não haja um consenso acerca de questões sobre o que são os sonhos, porque sonhamos, etc., a maioria dos estudos sobre a natureza dos sonhos concorda que ela está relacionada a condições internas do organismo. Contrariamente, o behaviorismo radical analisa os sonhos como comportamentos privados, sendo produtos das histórias filogenética, ontogenética e cultural. Neste sentido, este trabalho tem como objetivo analisar os sonhos a partir da perspectiva behaviorista radical, considerando-os como comportamentos perceptuais encobertos, argumentando-se que são aprendidos. Afirma-se que a interpretação dos sonhos é impossível se não se conhecem as contingências de reforço com as quais a pessoa está interagindo.

Palavras-chave: Sonho; behaviorismo radical; comportamento perceptual; condicionamento.

A Radical Behaviorist Analysis of the Dreams

Abstract

In spite of the fact that there is no consensus concerning questions about the nature and origin of dreams, the majority of the studies on the nature of the dreams agrees that they are related to internal conditions of the organism. As opposed to that notion, the radical behaviorism analyses the dreams as private behaviors and, thus, as products of philogenetical, ontogenetical, and cultural histories. In this sense, this paper aims to analyze the dreams from a radical behaviorism perspective, considering them as private events, perceptual behaviors, and arguing that they are learned processes. It is asserted that the dreams interpretation is impossible if the contingencies that control such activity are unknown.

Keywords: Dream; radical behaviorism; perceptual behavior; conditioning.

Os sonhos têm sido objeto de inúmeras reflexões e interesse geral, desde filósofos a leigos, tanto quanto à sua natureza como também quanto aos seus significados. Embora não haja um consenso acerca de questões como o que são os sonhos, porque sonhamos, qual a utilidade dos sonhos, entre outras, a maioria dos estudos sobre a natureza dos sonhos ou seus mecanismos subjacentes concorda que eles estão relacionados com condições internas do organismo, sendo vistos como uma atividade psíquica ou mental, ou ainda, neurofisiológica. A começar pelos egípcios, os sonhos eram considerados como parte de um mundo sobrenatural, sendo interpretados como mensagens divinas, tendo este povo, inclusive escrito um livro sobre os símbolos dos sonhos (Schulze, 1997).

Na Grécia, o interesse pelos sonhos só se iniciou no século VIII a.C. e, assim como para os egípcios, eram

interpretados como sinais divinos, sendo utilizados na prática da medicina. Apenas no século V a.C., a interpretação dos sonhos foi modificada com a hipótese de Heráclito de que os sonhos eram algo criado pela mente do sonhador. Segundo a mitologia grega, os sonhos eram obra de Morfeu (deus dos sonhos, filho de Hipnos - deus do sono, que, por sua vez, era filho de Nyx, a deusa da noite). Aristóteles foi o primeiro a tentar interpretar os sonhos de maneira racional, afirmando que os sonhos ditos proféticos eram mera coincidência e que eram, de fato, uma coleção dos eventos do dia e, adicionalmente, acreditava que os sonhos refletiam a saúde do corpo da pessoa. Uma diferente concepção, entre os romanos, era a de Artemidorus, que acreditava que os sonhos eram únicos para o sonhador, acreditando que a ocupação, *status* social e saúde da pessoa afetavam os símbolos de seus sonhos (Schulze, 1997).

A partir do século XIX, com o médico francês Maury, deu-se início a uma nova perspectiva sobre os sonhos. Ele acreditava que os estímulos externos tinham uma importância primordial nos sonhos, inclusive que tais estímulos eram quase simultâneos aos sonhos que produziam, ou seja, se, por exemplo, alguém sonhasse que estavam cortando seu braço, provavelmente, era porque estava dormindo por cima dele. Entre os

¹ Endereço para correspondência: Rua Engenheiro Fernando Guilhon, 1163, Bairro Jurunas, 66033-310, Belém, Pará. Fone: (91) 2726273, Fax: (91) 2238642. *E-mail:* francy@interconnect.com.br

² Versão preliminar deste trabalho foi apresentado em Abril de 1999 na II Semana Científica do Laboratório de Psicologia Experimental, Universidade Federal do Pará/UFPA.

³ Agradeço ao Prof. Dr. Emmanuel Tourinho e à Psicóloga MS. Maria de Nazaré Pereira da Costa pelas contribuições feitas e pelo tempo despendido nesta tarefa.

⁴ Apoio CAPES.

pensadores modernos sobre os sonhos, tem-se a teoria psicanalítica de Freud como uma das mais conhecidas. Para ele, o sonho seria o cumprimento disfarçado de um desejo reprimido, em geral sexual ou hostil. Para que tal desejo se cumprisse nos sonhos, Freud considerava que a mente se valia de diferentes mecanismos para disfarçá-lo (Schulze, 1997).

Hoje, acredita-se que os sonhos fazem parte do ciclo normal do sono, tendo em vista as inúmeras pesquisas realizadas sobre o período de sono REM – *Rapid Eyes Movement* - já que esta fase tem relação com os sonhos. De forma geral, embora ainda hoje não se tenha uma teoria completamente aceitável sobre os sonhos, a proposta de Freud parece ser a mais conhecida e aceita, inclusive por leigos, a despeito dos achados neurofisiológicos. Ainda assim, existem outras formas de se entender os sonhos. Uma delas seria entendê-los como fazendo parte da subjetividade humana, porém sem remetê-los a interioridade do organismo. Esta é a perspectiva do Behaviorismo Radical de Skinner. Este artigo pretende apresentar a maneira pela qual os sonhos são entendidos dentro da análise skinneriana a respeito da subjetividade, fornecendo um embasamento teórico a fim de colaborar para uma melhor compreensão do assunto. Para tanto, descreve-se, de forma sucinta, como os sonhos têm sido tradicionalmente tratados, bem como se expõe a análise behaviorista radical sobre os eventos privados o que fornecerá subsídios teóricos para a discussão sobre os sonhos.

Etimologia, Conceito e Função dos Sonhos

A palavra sonho vem do Latim *somnium* (sonho, ilusão, sonhar com), embora, em Espanhol, a palavra *sueño* derive tanto do Latim *somnium*, quanto de *somnus* (sono, ociosidade). Para distinguir os dois vocabulários, adotou-se a palavra *ensueño* (sonho), a qual deriva do Latim *insomnium* (sonho, visão em sonhos), que, por sua vez, deriva do Grego *enýpniun* (sonho, visão, aparição em sonhos). Não obstante, atualmente, o vocábulo em Espanhol voltou a ser *sueño*. Em Francês, *rêve* (sonho) deriva do verbo *rêver*, que significava vagabundear. Posteriormente, *rêver* significou delirar até o século XVII, quando passou a ser utilizado no sentido atual: sonhar, ver em sonhos (Enciclopédia Mirador Internacional, 1992). No *Oxford Advanced Learner's Dictionary* (Crowther, 1998), encontra-se que os sonhos são “uma seqüência de cenas e sentimentos que ocorrem na mente durante o sono; um *estado da mente* [grifo nosso] no qual as coisas acontecem acerca de algo que não é realmente visto.” (p. 353)

Segundo o *Novo Dicionário de Língua Portuguesa* (Ferreira, 1986), sonhos são uma “seqüência de fenômenos *psíquicos* ‘imagens, representações, atos, idéias, etc.’ que, involuntariamente, ocorrem durante o sono; seqüência de pensamentos de idéias vagas, mais ou menos agradáveis, mais ou menos incoerentes, às quais o *espírito* se entrega em estado de vigília, geralmente para fugir à realidade” (p. 1611; grifos nossos).

Em dicionários técnicos, como no *Dicionário Crítico de Psicanálise* (Rycroft, 1975), os sonhos são considerados “atividade *mental* [grifo nosso] que ocorre no sono”, conceito igualmente encontrado no *Dicionário de Psicologia* (Straton & Hayes, 1994, p. 217). Um pouco diferente é o conceito encontrado na *Enciclopédia Mirador Internacional* (1992), onde os sonhos são considerados como “processo interno que corresponde aos estados paradoxais do sono (...) o sonho é equivalente, em nível psicológico, ao chamado sono rápido, produzindo-se em concomitância com os movimentos oculares observados durante o sono...” (p. 10588)

Pode-se observar que o conceito de sonhos parece apontar, atualmente, por um lado, para atividades psíquicas inconscientes - impregnado das idéias freudianas como por exemplo, para Hess (1993), os sonhos são “uma rara oportunidade de acesso mais direto à parte inconsciente da mente, ou seja, como uma chance de provar ao paciente que ele de fato tem uma mente inconsciente” (p.72) - e, por outro, para os achados neurológicos sobre o sono REM, os quais serão descritos posteriormente na seção sobre a filogênese dos sonhos.

A função dos sonhos também tem sido objeto de controvérsia. Crick e Mitchson (1983, citados por Cardoso, 1997), por exemplo, entendem os sonhos como uma espécie de descarga emocional ou de *desaprendizagem*, funcionando como meio para que o cérebro se livre do excesso de aprendizagens, fazendo com que permaneçam no cérebro apenas aquelas aprendizagens positivas para benefício do próprio organismo. Por outro lado, de acordo com Punamäki (1999), os sonhos serviriam às funções de assimilação e acomodação; assimilação, refere-se à idéia de que nos sonhos se pode processar os eventos do dia e ajudar a resolver problemas emocionais, enquanto acomodação relaciona-se com um efeito durável dos sonhos durante a vigília, possuindo, assim, impacto na vida futura do indivíduo.

Em uma análise de sonhos pós-traumáticos, Hartmann (1996), indica que os sonhos têm uma função quasi-terapêutica, quando comparados com psicoterapia. Segundo o autor, na psicoterapia o indivíduo tem um cenário próprio para relembrar eventos traumáticos e tentar integrá-los em sua vida sem maiores prejuízos.

Assim também ocorreria nos sonhos, onde o indivíduo poderia vivenciar seus traumas, fazendo conexões com outras partes da vida de um modo também seguro, pois “no sonho - especialmente no sono REM - o espaço seguro é proporcionado pela inibição muscular muito bem estabelecida, o que evita atividade ou ação...” (Hartmann, 1996, p.13). Por outro lado, Winson (1990, citado por Cardoso, 1997) acredita que os sonhos têm uma função de origem filogenética, importante para a nossa sobrevivência, já que a supressão dos movimentos durante os períodos de sono REM permitiria que o organismo pudesse reprocessar as informações obtidas durante a vigília.

Para Freud (1900, citado por Garcia-Roza, 1993), os sonhos funcionam para que a pessoa possa, disfarçadamente, realizar seus desejos para benefício da sua própria saúde mental. Outra função dos sonhos, para Freud (1900, citado por Lindzey, Hall & Thompson, 1977), seria a de evitar que as pessoas acordassem. Jung (1968, citado por Lindzey e cols., 1977) acreditava que os sonhos serviriam para nos alertar de nossas próprias necessidades, as quais, caso surgissem em sonhos, estariam sendo negligenciadas. Os sonhos, para Jung, seriam mensagens do próprio sonhador, para as quais ele deveria atentar a fim de buscar a satisfação para que pudesse alcançar o desenvolvimento integral de sua personalidade.

Percebe-se, assim, que a função dos sonhos não é clara e depende muito da perspectiva sobre a qual é vista: inicialmente, serviam para fazer curas, adivinhações, eram mensagens divinas; atualmente, em geral, pensa-se nos sonhos como reflexões da realidade; como parte normal dos ciclos do sono ou evidências de um mundo inconsciente.

Eventos Privados

Na análise behaviorista radical, considera-se que os sonhos são apenas comportamentos, mais especificamente, comportamentos privados. Enquanto comportamentos privados, os sonhos fazem parte da subjetividade do homem.

Os eventos privados referem-se tanto a estímulos como a comportamentos que ocorrem encobertamente. Usa-se o termo encoberto para enfatizar que não são acessíveis à observação direta. Em relação aos comportamentos encobertos, Skinner (1974/1993) não os considera como de natureza especial, estar-se-ia apenas “descrevendo comportamento em miniatura” (p. 27), pois, os comportamentos privados nada mais são do que ações do organismo que foram adquiridas de forma pública, passando a se manifestar privadamente após a sua aquisição. Skinner (1957/1978) afirma que,

“O comportamento se torna encoberto quando, em primeiro lugar, sua força cai abaixo do nível necessário para uma emissão aberta, tal emissão pode ser fraca, porque as variáveis de controle são deficientes (...) [ou] podem ser fortes, como se vê pelo fato de que, sob outras circunstâncias, ele pode surgir em nível aberto. A resposta encoberta é simplesmente a mais fácil ou, por alguma razão, a mais própria no momento.” (p.518)

Em relação aos estímulos privados, Skinner (1974/1993) afirma: “o que é sentido ou introspectivamente observado não é nenhum mundo imaterial da consciência, da mente ou da vida mental, mas o próprio corpo do observador...” (p.19). Ou seja, o que se sente⁴ internamente são estímulos advindos dos sistemas interoceptivo e proprioceptivo. Os estímulos privados seriam, então, considerados subprodutos das histórias genética e ambiental e seriam, nesse caso, tão simplesmente alterações fisiológicas; os estímulos privados seriam sentidos dessa maneira devido ao aparato anatomo-fisiológico atual, o qual se desenvolveu devido à interação entre o organismo e o meio ambiente durante centenas de milhares de anos. Uma vez que existe uma tendência em se afirmar sentimentos e emoções enquanto causas de comportamento público, faz-se necessário uma descrição mais detalhada acerca dos estímulos privados.

Enquanto condições corporais, os estímulos privados seriam objeto de estudo da fisiologia; para a Análise do Comportamento, no entanto, tais estímulos passam a fazer parte de um fenômeno psicológico e precisam ser analisados quando entram no controle de certos comportamentos. Ressalta-se, contudo, que para o behaviorista radical, a explicação dos comportamentos deve ser sempre encontrada no ambiente externo ao indivíduo: “agredimos e sentimos raiva, ambos pela mesma razão, e esta razão está no ambiente (...) [os estímulos privados] não possuem força explicativa...” (Skinner, 1974/1993, p. 71). Isso significa dizer que um estímulo privado nunca é autonomamente a causa do comportamento. Os estímulos privados só são interessantes para a Análise do Comportamento quando, através de sua relação com eventos públicos e o papel da comunidade verbal, eles se tornam elos (estímulos discriminativos e reforçadores) de uma cadeia comportamental.

O papel da comunidade verbal é imprescindível para a constituição dos estímulos privados em objeto de estudo

⁴ Ao se utilizar o verbo sentir, este termo é usado de acordo com a noção skinneriana de que “usamos o verbo sentir para descrever nosso contato com esses dois tipos de estimulação [interoceptiva e proprioceptiva]” (Skinner, 1974/1993, p. 23).

da psicologia, como apontado por Skinner (1945): “o único problema que uma ciência do comportamento pode resolver em conexão com o subjetivismo é no campo verbal...” (p. 294). Através de acompanhamentos públicos (como pancadas, lesões, gemidos) que se correlacionam com as estimulações proprioceptivas e interoceptivas, a comunidade verbal ensina os indivíduos a tatearem seus estímulos privados. Assim, é a comunidade que dá nome ao que estamos sentindo, ou melhor, nos ensina a reagir discriminativamente às condições corporais sentidas em certas circunstâncias. O que ocorre após essa aprendizagem é que o indivíduo pode ficar sob controle apenas desses estímulos privados e pode passar a se comportar discriminativamente com relação aos mesmos. Skinner (1945) afirma que o estímulo privado

“Pode assumir praticamente controle total (...) uma resposta pode ser emitida na presença de um estímulo privado, o qual não tem acompanhamentos públicos, contanto que ela seja, ocasionalmente, reforçada na presença do mesmo estímulo que ocorre durante manifestações públicas.” (p. 274)

Isso significa dizer que a comunidade verbal não apenas instala um repertório autodescritivo de eventos privados, mas também continua a reforçá-lo a fim de garantir sua manutenção, a qual, entretanto, é fundamentada em acompanhamentos públicos. Isso ocorre, por exemplo, quando uma criança está muito quieta, com os olhos fechados e afirma estar com dor de cabeça. Como consequência do relato do estímulo privado e do acompanhamento público, a mãe lhe dá um remédio que faz passar a dor ou, em outro caso, a professora a deixa ir para casa. O estímulo, posteriormente, pode controlar o comportamento da criança de pedir um remédio para dor de cabeça, mesmo sem acompanhamentos.

Enquanto comportamentos privados, os sonhos são entendidos pelos behavioristas como o comportamento de ver, porém, na ausência da coisa vista, ou seja, os sonhos são analisados como um comportamento perceptual encoberto⁵ (Skinner, 1974/1993, 1968/1972). Uma vez que os sonhos são entendidos como o comportamento de ver, torna-se necessário descrever a análise de Skinner sobre o comportamento perceptual, especificamente, o ver. Depois dessa descrição, far-se-á a

⁵Embora, aqui, se esteja analisando o comportamento de ver (já que se está falando de sonhos), quando Skinner se refere ao ver, pode-se generalizar a análise para os outros sentidos. Quando Skinner analisa respostas autodescritivas, ele afirma: “Podemos abordar este problema pesquisando as circunstâncias sob as quais um homem “vê alguma coisa” (Casos paralelos para “Ouço”, “Gosto”, não precisam ser explicitamente discutidos)” (Skinner, 1969/1980, p. 255).

análise dos sonhos como um comportamento perceptual encoberto, o que fundamentará a discussão sobre a natureza e aprendizagem do conteúdo dos sonhos.

Percepção e o Comportamento de Ver

Segundo Skinner (1974/1993), a própria etimologia da palavra perceber refere-se a capturar, tomar e possuir o mundo. Como não seria possível a posse do mundo real nesses termos, de acordo com o que Skinner denomina de teoria da cópia, a pessoa poderia fazer “cópias mentais” do mundo, armazenando-as na memória e, assim, poderia recuperá-las quando necessário. Destarte, segundo os dualistas, adeptos da teoria da cópia, haveria uma discrepância entre o mundo real e o mundo das experiências. Nesse sentido, o conteúdo dos sonhos, como também as ilusões, fantasias e alucinações, não seria produto do mundo real, mas seria uma interpretação mental sobre o mundo real.

Não obstante, a teoria de Skinner (1969/1980) era que:

“o objeto é o que é realmente visto. Não está dentro do perceptor (...), mas é o que o perceptor percebe. Justificamos seu comportamento em termos do objeto visto, mais uma possivelmente longa história de exposição a objetos semelhantes. É apenas a crença curiosa de que há uma cópia dentro do corpo que leva os psicólogos a se preocuparem com supostas transformações.” (p. 358)

Isso é equivalente a dizer que a percepção é, em geral, vista como uma ação inicial da pessoa, enquanto que para os behavioristas, a ação inicial é sempre do ambiente externo e, ressalta-se que “quando dizemos que o comportamento é controlado pelo ambiente, queremos dizer duas coisas muito diferentes. O ambiente modela e mantém repertórios de comportamentos, mas também serve como ocasião para que o comportamento ocorra...” (Skinner, 1989/1991, p. 55).

O comportamento perceptual seria controlado tanto por estímulos discriminativos quanto por estímulos reforçadores que estão presentes no ambiente em que a pessoa está inserida. Assim sendo, nota-se que a percepção tem relação direta com o controle de estímulos. Por exemplo, suponha que eu seja um filatelista e, na casa de um amigo, vejo um selo raro, que seria jogado fora. Eu, então, peço o selo a ele, que me é oferecido sem qualquer hesitação, apesar de seu valor. Por que meu amigo não percebeu o quanto o selo era valioso? Presumivelmente, Skinner diria que isso ocorreu porque meu amigo não compartilhou as mesmas contingências com as quais eu interagi durante minha história de vida, como: um tio que colecionava selos; minha afeição por ele e o prazer que sentia em sua companhia; as ocasiões em que meu

tio contava a história de cada selo, cada qual relacionado com diferentes períodos e assim por diante até que meu interesse por selos crescesse e eu próprio começasse a estudá-los e colecioná-los. Da mesma forma, uma pessoa com conhecimento mais aprofundado de inglês pode perceber quando uma tradução está errada ou apreciar uma música em inglês devido à harmonia entre a melodia e a letra, enquanto outra pessoa, sem uma história que lhe propiciasse um maior conhecimento de inglês provavelmente não atentaria para tais estímulos.

Sobre o comportamento de ver, Skinner (1969/1980) afirma que discriminar, discernir, distinguir “são sinônimos de ver como um tipo de comportamento reforçado com respeito a um estímulo” e, mais adiante, “a expressão ‘ver algo’ refere-se a uma grande amplitude de comportamentos gerados por uma grande amplitude de contingências tendo em comum um estímulo particular” (p.360). Em 1989/1991, Skinner reforça esta questão: “ver é comportar-se, é explicável tanto pela seleção natural (...) quanto pelo condicionamento operante (...) ver é apenas parte do comportamento, significa comportar-se até o ponto da ação...” (p.29)

Assim sendo, ver é um comportamento e deve ser analisado a partir da história ambiental do indivíduo, a qual é responsável pelos estímulos que controlam o ver, seja público ou privado. Para Skinner (1969/1980) se uma pessoa não vê o mesmo que você, isso significa que ambos foram expostos a diferentes histórias de condicionamento.

É interessante citar uma observação de Skinner sobre a teoria de que ver é comportar-se a ponto de atuar. De acordo com Skinner (1989/1991),

“o que acontece até esse ponto [atuar] está fora do alcance dos instrumentos e dos métodos do analista do comportamento e precisa ser deixado a cargo do fisiologista. O que resta para o analista são as contingências de reforçamento sob as quais as coisas passam a ser vistas e as contingências verbais sob as quais são descritas.” (p.24)

Percebe-se que Skinner não trata o comportamento de ver da mesma maneira que a fisiologia, ou seja, não analisa o ver como um dos sentidos da percepção, isto deveria ser deixado a cargo da fisiologia. Skinner analisa o ver a partir da história de vida da pessoa e busca as contingências que fizeram parte desta história. Ou seja, para um behaviorista radical, o fato de X ver uma forma de um cão, por exemplo, nas formações de nuvens não é explicada devido à existência de neurônios e conexões sinápticas que fazem parte da fisiologia do olho, embora tal aparato seja imprescindível para a visão enquanto órgão do sentido. Contudo, este aparato não explica o porquê X vê exatamente um cachorro e não um dragão, como

outra pessoa poderia perceber aquela formação. O que interessa ao behaviorista é saber que contingências levaram-na a ver um cachorro, como, hipoteticamente, pode ser que ver cães seja uma resposta provável para X porque poderia ter um pai criador de cães; X, então foi criado mantendo um contato contínuo com cães; seu pai poderia ficar mais receptivo a brincadeiras quando estava com os cães, entre inúmeras possibilidades que poderiam explicar a “tendência” de X em ver cães. O trabalho do analista do comportamento seria estabelecer as relações funcionais entre tais contingências.

Para Tourinho (1997a),

“o que torna o comportamento de ver um caso especial é que mesmo em sua forma aberta ele tem uma topografia que não pode ser especificada. Na verdade ele é ensinado não com a comunidade observando diretamente o ‘ver’ (...) a comunidade ensina alguém a ver uma praia na medida em que solicita que o indivíduo descreva o lugar...” (p.270)

Ou seja, o comportamento de ver é considerado por nós, behavioristas radicais, como um comportamento privado. O que faz com que o ver na ausência da coisa vista seja mais complexo é que apenas a pessoa que se comporta pode ver o estímulo. De qualquer forma, o ver é um comportamento que diz respeito ao controle de estímulos; inicialmente, a comunidade condiciona o indivíduo a discriminar a presença de determinado objeto através de um estímulo aparente, posteriormente, o indivíduo pode ver mesmo na ausência deste estímulo.

Passa-se, agora, à análise do comportamento perceptual encoberto, ou seja, como se descreve o *ver na ausência da coisa vista*, o qual, necessariamente, se explica a partir das histórias de condicionamento: reflexo e operante. Note que a análise do comportamento perceptual encoberto, assim como qualquer evento privado, sempre está relacionada com o comportamento verbal, como já descrito anteriormente. Desta forma, tanto uma resposta autodescritiva, quanto o próprio comportamento perceptual encoberto, encontram-se limitados pelas histórias de condicionamento nos mesmos termos em que estão os comportamentos públicos, perceptuais ou não.

Logo, embora Skinner (1968/1972) admita a dificuldade de se estudar o comportamento perceptual encoberto, essa questão fica um pouco menos complexa quando se tenta analisar esse comportamento da mesma forma que se faria com o comportamento perceptual aberto. O próprio Skinner (1968/1972) simplificava essa questão: “tanto quanto sabemos, nada jamais é aprendido de forma encoberta que não tenha sido aprendido abertamente (...) O ver encoberto pode por isso ser ensinado como o ver abertamente...” (pp. 119-120),

tornando a afirmar isso na maioria de suas discussões acerca dos eventos privados, como em 1974/1993: “quando uma pessoa lembra algo que viu alguma vez ou se entrega a fantasias ou sonhos, certamente não está sob controle de um estímulo presente (...) Novamente, devemos voltar-nos para sua história ambiental à procura de uma resposta...” (Skinner, 1974/1993, pp. 72-73).

Nesse contexto, passa-se agora a analisar o papel dos condicionamentos clássico e operante no comportamento perceptual encoberto.

A Visão Respondente

A análise skinneriana sobre a visão respondente diz que o comportamento perceptual encoberto, como o ver na ausência da coisa vista, ocorre devido aos estímulos presentes, os quais evocaram essa resposta de acordo com uma história de condicionamento, onde houve emparelhamento de estímulos. Para Skinner (1953/1989), um estímulo condicionado pode se combinar com estímulos incondicionados e seu efeito seria evocar uma visão condicionada⁶. Por exemplo, minha mãe tem um santana prateado; então há um emparelhamento minha mãe (estímulo condicionado de ordem superior⁷, que, neste caso, funciona como incondicionado) - santana prateado (estímulo condicionado). Quando estou andando na rua e vejo, em meio a um engarrafamento, um carro prateado, parecido com o santana, então eu posso até ver minha mãe, embora não seja. De acordo com Skinner (1953/1989),

“...os estímulos fragmentários [a cor do carro, uma mulher na direção] serviram para evocar a visão condicionada [santana prateado de minha mãe], que se combina com a visão incondicionada do estímulo imediato [carro] (...) Em termos gerais, a visão condicionada explica a tendência que se tem de ver o mundo de acordo com a história prévia...” (p.257)

Skinner (1953/1989) ressalta, ainda, que a visão condicionada também pode ser evocada por um estímulo que não o usual. Nesse sentido, o estímulo presente deve ter alguma propriedade que se assemelhe com o estímulo da história ou deve ser um estímulo que geralmente acompanha o usual. Logo, podemos acenar para alguém

⁶ Embora, a visão operante também seja condicionada, quando, neste trabalho, se fala em visão condicionada, refere-se ao comportamento perceptual adquirido a partir do condicionamento respondente.

⁷ Chama-se de estímulo condicionado de ordem superior àquele estímulo que, inicialmente neutro, pareado com estímulos incondicionados, passou a eliciar uma resposta condicionada; quando já estabelecido como estímulo condicionado, este estímulo pode ser usado no lugar do incondicionado a fim de estabelecer uma nova resposta (Alencar, 1995). No caso do exemplo, a mãe já um estímulo condicionado devido à longa história de emparelhamento com alimentação, calor, atenção, alívio de dores, entre outros eventos.

de longe e, ao chegarmos perto, perceber que não era quem estávamos pensando. Para Skinner, “quando o estímulo assemelha-se apenas parcialmente ao estímulo usual o sujeito poderá dizer que o estímulo ‘lembra-lhe’ o outro...” (1953/1989, p. 259).

Um fator importante da visão condicionada é a existência de um efeito reforçador nesse comportamento, o que aumentaria “a amplitude dos estímulos reforçadores disponíveis no controle do comportamento humano...” (Skinner, 1953/1989, p. 259). Pode-se, por exemplo, ver o sorriso da pessoa amada, se esta se encontra ausente, quando se conta uma piada aprendida quando estavam juntos. O comportamento de contar a piada pode aumentar em frequência pois está condicionado com o ver o sorriso da namorada, o que é reforçador.

Torna-se oportuno citar que Skinner (1989/1991) salienta dois efeitos do reforçamento: 1) um imediato, enquanto sensação corporal relacionada com o que se denomina de prazer e que está ligado à filogênese, a qual responde pela suscetibilidade ao reforço; e 2) enquanto modificando a probabilidade do comportamento aparecer no futuro. De acordo com Skinner (1986/1987), nós devemos

distinguir entre os efeitos *prazerosos* e os efeitos *fortalecedores*. Eles ocorrem em diferentes momentos e são sentidos como coisas diferentes. Quando nós nos sentimos contentes, nós não necessariamente sentimos uma inclinação maior para nos comportarmos da mesma maneira (...) Quando nós repetimos o comportamento que foi reforçado, por outro lado, nós não sentimos o efeito prazeroso que sentimos naquele momento em que o reforçamento ocorreu. *Prazer* [pleasing] parece ser a palavra (...) que é mais próxima de *reforçamento*, mas ela cobre apenas metade do efeito.” (p.17)

Como, em nossa cultura, há uma valorização do que é sentido - o que, para Skinner (1986/1987) significou um prejuízo quanto ao efeito do fortalecimento do comportamento -, pode-se esperar que comportamentos que garantam um efeito prazeroso, mesmo que no nível encoberto, ocorram com maior probabilidade. No exemplo acima descrito, o ver privado (sorriso da pessoa amada), portanto, pode ser reforçador tanto enquanto sensação corporal, como, também, operando no sentido de fortalecer esse comportamento.

É interessante descrever resumidamente uma outra teoria que, combinada com a visão respondente de Skinner, pode facilitar o entendimento acerca da mesma, a teoria intercomportamental⁸ de Kantor. Ao lidar com

⁸ Kantor (1987) denomina sua teoria de intercomportamental como uma ênfase de que os eventos psicológicos são constituídos de uma interação complexa e mútua de vários fatores: os estímulos, as respostas, suas respectivas funções e o contexto no qual ocorrem.

os comportamentos, Kantor (1987) afirma que lidamos com observações de eventos psicológicos. Estes eventos constituem-se de: “(a) um organismo que interage com (b) outros organismos, objetos e eventos sob (c) contextos definidos” (Kantor, 1987, p. 3). Os estímulos (pessoas, objetos, situação) adquirem uma ou mais funções de acordo com a história de interação do organismo com esses estímulos; tal história ocorre sob um determinado contexto, o qual deve ser analisado, uma vez que as respostas podem ocorrer ou não, bem como as funções dos estímulos podem diferir, de acordo com esses contextos específicos. Os intercomportamentos prévios influenciariam então nos intercomportamentos seguintes (Kantor, 1987).

Embora os estímulos possam adquirir diferentes funções, o que é relevante para o presente artigo são os estímulos com função de substitutos. De modo geral, pode-se dizer que toda “lembrança” é um estímulo substituto. As palavras que usamos em uma conversa são estímulos substitutos para as coisas às quais se referem. Da mesma forma, quando alguém olha para o calendário e lembra do aniversário da avó, aquele dia X do calendário funciona como substituto, não como estímulo direto - que seria a avó ou a própria comemoração de seu aniversário. Quando há um estímulo substituto, ocorre um comportamento que Kantor (1959, citado por Hayes, 1992) denomina de implícito, o qual pode ser público ou encoberto - para Kantor, os termos seriam aparentes ou inaparentes, respectivamente. Quando o comportamento implícito está encoberto, chama-se a este comportamento de sutil.

Nota-se que a Teoria de Estímulos Substitutos de Kantor parece indicar na mesma direção que a visão condicionada de Skinner. Para Kantor (1922), quando não houver o estímulo que esteve presente no momento em que o indivíduo adquiriu aquele comportamento, explica-se este comportamento de lembrar (segundo Kantor, um comportamento sutil) de acordo com estímulos que funcionariam como substitutos, os quais poderiam ser de composição inteiramente diferente do estímulo original. Conforme proposto por Kantor (1959, citado por Hayes, 1992), se um observador não consegue explicar um evento é porque tanto os estímulos quanto as respostas estão não aparentes para o observador. Não que as mesmas não sejam acessíveis - os eventos sutis são sempre “diretamente observáveis, com ou sem acompanhamentos públicos...” (Hayes, 1992, p.160). A acessibilidade simplesmente dependeria de uma história de interação entre observador e observado. Mesmo que haja essa história e o observador não consiga esclarecer aquele evento é porque os estímulos passados estão

“obscurecidos” e o que determinaria o comportamento seriam estímulos atuais que funcionariam como substitutos daqueles da história.

Fundamentando-se na teoria de Kantor acerca da privacidade, então, pode-se dizer que os sonhos são comportamentos sutis, o qual poderia se originar de um estímulo substituto ou mesmo da própria interação do organismo com o estímulo. Esta interação, em sonhos, no entanto, aconteceria livre de um contexto específico, o que permitiria muitas diferentes ações implícitas, haja vista que, na ausência de um contexto, os estímulos poderiam assumir diversificadas funções (Kantor, 1975). Um exemplo da plasticidade dos estímulos substitutos na ausência de um contexto seria: você está dormindo e ouve um certo barulho. No entanto, ao invés de você pensar que o ar condicionado disparou - o que realmente aconteceu e você já conhece este ruído -, o barulho funciona como um estímulo substituto e transfere-se para o mar que você viu quando foi ao litoral e, no passeio ao litoral, você estava acompanhado por várias pessoas, amigos e desconhecidos. Entre estas pessoas tinha uma mulher pela qual você ficou muito interessado. No sonho, como resultado do barulho do ar e de sua história com o mar, o passeio, a moça e o prazer de estar lá, você pode ver a moça na sua companhia, navegando em um barco.

A Visão Operante

Sabe-se que um estímulo que estava presente quando houve um reforço pode exercer algum controle sobre a resposta. Porém, este estímulo não elicia uma resposta como no caso do estímulo condicionado, ele apenas aumenta a probabilidade de tal resposta ocorrer novamente na sua presença. Dessa forma, a visão privada operante, diferente da visão respondente, não é eliciada por um estímulo, mas fortalecida pelas suas conseqüências. No caso da visão operante, as variáveis que controlam este comportamento são o reforço operante e, também, a privação.

Em relação ao reforço operante, Skinner afirma que (1968/1972): “quando um objeto é automaticamente reforçador, o comportamento de vê-lo pode tornar-se tão forte que ocorre na ausência desse objeto. É, contudo, aprendido quando o objeto está presente...” (p.118). Skinner (1953/1989) diz que se o reforço é eficaz o suficiente, pode ser que o comportamento de ver X envolva até respostas precorrentes, como, por exemplo, a pessoa pode se empenhar avidamente em cada oportunidade que tenha para ver X; a pessoa pode olhar ou ir a lugares prováveis de ver X; qualquer estímulo que se assemelhe a X pode evocar o comportamento de vê-

lo; ou, na ausência de qualquer estímulo, a pessoa pode fechar os olhos, esforçando-se para ver X.

Skinner (1974/1993) afirma, também, que o ver privado pode ocorrer caso o comportamento subsequente seja reforçado, “assim, podemos ver Veneza com a finalidade de ensinar a um amigo como encontrar o caminho que o levará a determinada parte da cidade...” (p.74). Como essa afirmação de Skinner poderia levar algumas pessoas a considerar que o comportamento privado *ver* foi a causa do comportamento subsequente, Skinner (1974/1993) apressou-se em declarar: “uma pessoa é modificada pelas contingências de reforço em que age; ela não armazena contingências (...) Foi simplesmente modificada de tal forma que os estímulos controlam agora tipos particulares de comportamento perceptivo...” (p.74)

Em relação à privação, Skinner (1974/1993) afirma que se pode levar uma pessoa a pensar ou até sonhar com um estímulo se o privarmos deste; mesmo que não haja uma redução real no estado de privação, o comportamento de ver encoberto ainda teria propriedades reforçadoras, isso dependeria do arranjo de contingências feito, pois ao estar privado de um estímulo, a probabilidade da pessoa se comportar em ver X, ou ver estímulos condicionais a este, é aumentada.

Além disso, para Skinner (1953/1989) o ver privado tem certas vantagens. Entre elas, estaria o fato de que esse comportamento não exigiria um comportamento precorrente que gerasse um estímulo externo e, também, porque o ver privado estaria isento de qualquer punição, o que poderia ocorrer se o mesmo comportamento fosse público. Há também o caso em que o comportamento privado pode produzir estímulos discriminativos, os quais podem ser úteis para o comportamento subsequente (público ou privado). Por exemplo, “há instâncias nas quais, particularmente nos sonhos, um escritor primeiro lê, um poema ou uma história, e então, a transcreve...” (Skinner, 1953/1989, p.263)

A Análise Skinneriana dos Sonhos

Já que se considera os sonhos como o comportamento de ver, pode-se dizer que aquilo com que sonhamos é uma relação entre estímulos condicionados, discriminativos e reforçadores que estão presentes na história ambiental da pessoa.

Skinner (1974/1993) valoriza, sobretudo, o papel da privação e das emoções no comportamento de sonhar: “a estimulação visual exerce controle mínimo, e a história da pessoa e os dados resultantes da privação e emoção têm sua oportunidade” (p.74). Com relação à privação, o sonhador pode se empenhar fortemente no

comportamento de ver o objeto do qual está privado, já que a frequência de uma resposta que resulta em reforço é diretamente proporcional ao grau de privação (Skinner, 1974/1993). Sobre isso, Skinner (1974/1993) afirma: “se conhecermos o nível de privação ou estimulação aversiva, podemos prever com maior precisão quão reforçador será determinado acontecimento e qual a probabilidade de uma pessoa empenhar-se em comportamento pertinente...” (p. 46). Por exemplo, se alguém se encontra privado da pessoa que ama, ele poderá se empenhar em comportamentos como ir a lugares onde esteve com a pessoa, ver fotografias, falar com amigos em comum, telefonar para a pessoa e, assim por diante, podendo chegar a visualizar essa pessoa com os olhos fechados. Todos esses comportamentos podem servir de estímulos que participam dos sonhos da pessoa.

Em relação à emoção, o que se sente são condições corporais, as quais são indiferenciadas até que a comunidade verbal estabeleça contingências que nos permitam falar sobre nossos eventos privados. Assim, pode-se concluir que, quando dizemos *Estou deprimida hoje* ou *Estou me sentindo ansiosa*, estamos descrevendo condições corporais que têm sido relacionadas com verbalizações da comunidade verbal diante de nossos comportamentos públicos.

Para Skinner (1953/1989), “pode-se gerar uma resposta emocional lembrando um evento emocional ou simplesmente vendo-o ou ouvindo-o...” (p.264). Dessa forma, se em sonhos pode-se ver, então, é verdadeiro que, em sonhos, também se pode sentir os estímulos privados. Por exemplo, durante o dia, eu fui atacada por um cachorro na rua e, à noite, quando estou dormindo, ouço um barulho, talvez o choro de uma criança. Na minha história, sei que a filha do vizinho chora muito; não obstante, quando em sonho, este choro lembrou-me o latido do cachorro e, assim, aumentou a probabilidade de que eu não só ouvisse e visse o cachorro que me atacou, mas também fez com que eu reagisse aos meus estímulos privados como uma resposta emocional de medo.

Naturalmente, uma pessoa pode sonhar com fatos relacionados à sua história remota e não, apenas, com os fatos que viveu durante o dia. Um exemplo pode ser o relato do onirólogo francês Maury (1878, citado por Santos, 1957), o qual realizou uma pesquisa a fim de verificar a influência de estímulos externos sobre a produção dos sonhos. Sendo ele mesmo o sujeito da pesquisa, o método utilizado consistiu da aplicação de vários estímulos (fósforos acesos, gotas de água, penas friccionadas sobre seus corpo) sobre ele quando adormecido. Em uma das experiências, objetos metálicos

foram tocados um contra o outro ao lado de Maury e, de acordo com o seu relato, ele sonhou com sinos repicando e isso o levou a uma cena a que havia presenciado anos antes, quando em um lugarejo onde estava havendo uma festividade religiosa.

Por outro lado, assim como o ver privado, as emoções também podem ser reforçadoras quando envolvem algum tipo de prazer, como já explicado anteriormente com relação aos efeitos do reforçamento. Logo, o comportamento perceptual encoberto relacionado com esse tipo de emoção no sonho pode se tornar mais provável de acontecer. Uma análise feita pela teoria freudiana sobre os sonhos é de que, realmente, se pode satisfazer desejos em sonhos. Sobre isso, pelo menos em parte, concordam Kantor e Skinner. Kantor (1975) afirma que “coisas desejadas ou ansiadas que são inacessíveis ou impossíveis na vida desperta são facilmente obtidas em sonhos...” (p.208), enquanto que, segundo Skinner (1953/1989), “Freud conseguiu demonstrar certas relações plausíveis entre sonhos e variáveis na vida do indivíduo. A presente análise essencialmente concorda com sua interpretação. Os indivíduos estão fortemente inclinados a empenharem-se em comportamentos que alcançam reforços...” (p.281)

Sobre a Dificuldade de se Aceitar a Análise Skinneriana

Talvez o maior problema para a aceitação de uma análise dos sonhos fundamentada na análise de contingências, principalmente com relação ao papel de estímulos discriminativos, condicionados e reforçadores, como o modelo apresentado por Skinner acerca da percepção e do comportamento de ver, se refira ao fato de que a sua análise, em geral, foi feita com relação aos comportamentos (públicos e privados) que ocorrem no estado de vigília, enquanto os sonhos ocorrem quando se está dormindo.

Afirma-se, então, que mesmo em sonhos, quando o organismo como um todo está relaxado e os órgãos dos sentidos se tornam cada vez menos receptivos aos estímulos externos, ainda assim o organismo se comporta. Skinner (1974/1993) falava que os comportamentos privados são comportamentos executados em escalas muito pequenas, são comportamentos em miniatura. Kantor (1975), por sua vez, afirmou que “os sonhos são as evidências de que as pessoas nunca estão inativas, mesmo quando adormecidas” (p.11). A própria neurofisiologia indica que as pessoas se comportam mesmo quando estão dormindo. Cardoso (1997) declara:

“No estado de vigília, o córtex analisa com precisão os impulsos que chegam dos vários órgãos receptores do sistema

sensorial (...) e gerando uma resposta integrada como, por exemplo, o movimento do braço (ação do órgão efector) pegando uma faca (...) Para Kleitman, no processo do sonho, o mesmo tipo de atividade cortical se processa em nível inferior de desempenho (...) Felizmente, os impulsos do córtex adormecido morrem a caminho dos órgãos efetores⁹ ... (p. 2)

Sabe-se ainda que o sono REM, “o sono dos sonhos”, é a fase do sono em que os olhos se movimentam com maior rapidez, sugerindo que o corpo em repouso não está totalmente inativo. Sobre o sono REM, Skinner (1974/1993) descreve: “quando as pessoas estão sonhando mais ativamente, movem os olhos para todos os lados, como se estivessem observando uma apresentação visual. (Os músculos do ouvido médio também parecem mover-se durante os sonhos que envolvem percepção auditiva)” (p.75)

Cegos de nascença relatam que seus sonhos envolvem o comportamento perceptual auditivo com grande frequência, uma vez que nunca tiveram a oportunidade de ver algum objeto. Até mesmo aquelas pessoas que se tornaram cegas, gradualmente vão perdendo a habilidade de sonhar com estímulos visuais (Cardoso, 1997, p. 3). Uma pesquisa acerca dos relatos dos sonhos de sujeitos cegos congênitos, realizada por Kerr, Foulkes e Schmit (1982), sugere que pessoas com esse tipo de problema, embora realmente não relatem sonhos com percepção visual, seus sonhos envolvem, muitas vezes, relações espaciais, o que levou os pesquisadores a afirmar que aqueles indivíduos que possuíam algum resquício mínimo de visão poderiam ver em sonhos apenas na extensão do que eles podiam ver durante a vigília, como sombras ou vultos por exemplo. Os autores ressaltaram que a narrativa e riqueza dos sonhos não é afetada pela ausência de sonhos visuais. Pode ser que, em relação aos cegos, seus sonhos sejam analisados como um *ouvir na ausência da coisa ouvida*.

Outra fonte sugerindo que o organismo se comporta mesmo em sonhos advém de uma pesquisa realizada por Edward Wolpert (1959, citado por Cardoso, 1997), o qual verificou os potenciais elétricos de ação dos músculos, conectando eletrodos aos membros dos sujeitos a fim de verificar a existência de movimentos corporais durante o sonho. Como um de seus resultados Cardoso (1997) encontrou que:

“O registro de um de seus sujeitos mostrava uma seqüência de atividade motora primeiro na mão direita, depois

⁹ A locomoção é suprimida no sono através da inibição dos neurônios motores. Jonathan Winson (1991, citado por Cardoso, 1997, p.3), propõe que isso ocorre para “a própria manutenção do sono, supondo-se ser um mecanismo adaptativo de natureza filogenética.”

na esquerda e finalmente nas pernas. Acordado imediatamente depois¹⁰, o sujeito relatou que sonhara ter levantado um balde com sua mão direita, transferindo-a para a mão esquerda e então começado a andar” (p. 2)

O Modelo de Seleção pelas Conseqüências e os Sonhos

A partir da explanação feita anteriormente, alguém poderia perguntar: então, nós aprendemos a sonhar? Bem, já que o sonho é considerado comportamento, a única conclusão plausível é que sim, nós aprendemos a sonhar. Ressalta-se, contudo, que ao falar sobre aprendizagem dos sonhos, refere-se, especificamente, ao seu conteúdo. O comportamento de sonhar é, presumivelmente, um comportamento selecionado com o processo evolucionário das espécies. Embora essa afirmação possa parecer difícil de se aceitar, pode-se citar algumas hipóteses que a sustentam, principalmente no que diz respeito ao modelo de seleção por conseqüências de Skinner.

Filogênese

A despeito de que as condições ambientais que permitiram com que o comportamento de sonhar fosse adquirido, provavelmente, tenham sido diferentes das atuais, pode-se supor que, se esse comportamento ainda se mantém, é porque deve ter alguma função para a sobrevivência de nossa espécie, pois é exatamente a filogênese que permite que o organismo interaja de forma eficiente com o meio.

Para Andery (1997):

“Dizer, portanto, que a evolução seleciona características dos indivíduos de uma espécie significa dizer que ela atua também sobre padrões de comportamento e modos de operação destes padrões (...) que, uma vez selecionados, dotam os membros de uma espécie de repertórios comportamentais que lhes permitem comportar-se no mundo...” (p. 201-202)

A maior parte da pesquisa com relação à necessidade dos sonhos tem sido realizada no âmbito das neurociências, com o estudo do sono REM. Embora sono REM e sonho não sejam sinônimos, até o momento, o primeiro é a única evidência que se tem para se dizer que uma pessoa está sonhando, inclusive, o sono REM tem sido, por vezes, chamado de estado D ou, simplesmente D (referindo-se a *dreaming*), como indicação da relação íntima entre os dois. Dessa forma, as alterações orgânicas verificadas durante o sono REM têm sido estendidas para os sonhos. Por essa razão, esta seção se

fundamentará basicamente nos achados neurofisiológicos sobre o sono REM.

Como tem sido verificado que durante o sono REM a atividade muscular é praticamente zero, Foulkes e Cartwright (1999) sugerem que o sono REM evoluiu devido à necessidade de que os homens, enquanto caçadores, ficassem imóveis durante a noite, evitando assim o ataque de predadores. Segundo os autores, com esta evolução, os homens tornaram-se menos suscetíveis aos predadores. De fato, foi relatado que animais vulneráveis tendem a dormir menos (Allison & Circhetti, 1976, citados por Cardoso, 1997) ou seu sono é extremamente leve, com pouca evidência de sono REM (Jouvet, 1967).

Pode ser também que os sonhos estejam ligados a algum tipo de necessidade bioquímica de ativação cerebral periódica, haja vista que, durante a vigília, o cérebro está em constante atividade, enquanto que no torpor do sono tal atividade cerebral é muito escassa. Não obstante, durante o sono REM o cérebro apresenta ondas que indicam uma atividade muito parecida com a da vigília, como um aumento do fluxo sanguíneo, níveis altos de consumo de oxigênio e intensa ativação dos neurotransmissores. Outra indicação da necessidade de sono REM tem advindo de pesquisas realizadas sobre a privação de sono REM, onde se verificou que, após longos períodos de privação de sono, os humanos tendem a apresentar uma quantidade muito maior de sono REM do que o normal. Kelly (1991, citado por Cardoso, 1997) chamou a esse processo de Mecanismo Compensatório Ativo para a Recuperação do Sono REM Perdido, como também tem sido chamado de efeito de refluxo (*rebound*) (Webb & Cartwright, 1999; Lindzey e cols., 1977). Esta recuperação pode durar várias noites, dependendo de quão privados de sono REM os sujeitos tenham ficado.

Adicionalmente às pesquisas sobre privação de sono, encontra-se freqüentemente que, na ausência de sono REM, a pessoa tem falta de concentração, ataxia, problemas de memória e linguagem, chegando até a experimentar alucinações (Schulze, 1997; Foulkes & Cartwright, 1999; Lindzey e cols., 1977). Por isso, Schulze (1997) afirmou que “o sono REM parece mais psicologicamente e menos fisicamente importante...” (p.1). Logo, parece haver indicações para se considerar que o argumento de que os sonhos seriam comportamentos filogeneticamente selecionados é legítimo.

Ontogênese

Mais uma vez, através de variações pequenas, o organismo pode começar a desenvolver uma

¹⁰ A maioria de pesquisas sobre sonhos implica em despertar o sujeito logo após ou durante o período de sono REM, já que é o momento mais propício para se lembrar dos sonhos.

suscetibilidade ao reforçamento e, assim, ampliar o seu repertório para além das respostas filogeneticamente preparadas (Andery, 1997). Este tipo de comportamento, no qual membros individuais comportam-se de acordo com as conseqüências importantes para si durante a sua vida, é estudado de acordo com o segundo nível de seleção por conseqüências.

Já foi dito que se uma resposta é reforçada na presença de um estímulo, este pode adquirir controle sobre o comportamento. Assim, as discriminações que os indivíduos fazem acerca das circunstâncias em que ocorrem certas conseqüências a seu comportamento, possibilita-os agir diferencialmente no mundo. Estas atuações, reforçadas diferencialmente durante a vida de uma pessoa, são produtos da ontogênese, permitindo uma interação mais efetiva com o ambiente atual (Skinner, 1953/1989).

Tomando-se esse raciocínio, pode-se afirmar que as pessoas só sonham com aquilo que lhes é conhecido, ou melhor, só sonham com aquelas partes do mundo às quais reagem discriminativamente. Logo, aprende-se a sonhar no sentido de que só vemos o que vemos de acordo com as contingências de reforçamento que fazem parte da nossa história ontogenética. Por exemplo, sabe-se que os esquimós podem diferenciar entre dezenas de tipo de neve e, embora possamos sonhar com a neve, dificilmente poderíamos identificar com que tipo de neve estamos sonhando, pois não tivemos um treino discriminativo com relação a esse estímulo ou, melhor, às suas propriedades. Da mesma forma, uma pessoa que nunca esteve em uma praia antes, dificilmente seria capaz de ouvir o barulho das ondas ou sentir a brisa do mar em sonhos.

Nos casos, por exemplo, em que os sonhos podem servir como estímulos discriminativos para o comportamento subsequente, como descrito anteriormente em que um escritor primeiro lê um poema em sonhos para depois escrevê-lo, um exemplo interessante tem sido descrito na literatura. Friedrich Kekulé, químico alemão, afirmou ter descoberto a estrutura da molécula de benzina, em forma de anéis, devido à um sonho em que via uma cobra engolindo o próprio rabo (Lindzey e cols., 1977). Kekulé já vinha estudando diferentes hipóteses acerca da estrutura daquela célula há tempos; vê-la em sonhos foi, tão somente, um comportamento que já vinha sendo praticado quando com os olhos abertos. A sua história permitiu que aquele sonho fosse um estímulo discriminativo para sua teoria. Uma outra pessoa que tivesse sonhado com uma cobra engolindo o seu próprio rabo, mas não tivesse exposto às mesmas contingências de reforçamento que Kekulé

dificilmente pensaria “*ah, então essa é a forma da molécula de benzina?*”. Pimentel-Souza e colaboradores (1988), sobre esse aspecto dos sonhos, afirmaram que: “os sonhos são um evento que não ocorrem de maneira desvinculada com a realidade do sonhador. Na verdade, as alterações vivenciadas durante o sonhar podem ser remetidas para o comportamento, que, por sua vez, estará influenciando o sonhar.” (p.1)

Cultura

Antes de falarmos sobre o papel que a cultura tem em nossos sonhos, faz-se necessário falar sobre o terceiro nível de variação e seleção: cultura. Um ponto relevante a ser ressaltado diz respeito ao fato de que a seleção cultural atua através do condicionamento operante. Não obstante, o condicionamento operante relaciona-se não às contingências que controlam o comportamento de um indivíduo em particular, mas sim às contingências que atuam sobre um grupo de pessoas, as quais responderiam pelas práticas culturais. Ou seja, o terceiro nível de variação e seleção por conseqüências não pressupõe um novo processo comportamental; este continua sendo o condicionamento operante, porém aplicado a variáveis específicas, ou seja, as sociais (Tourinho, 1997b).

De acordo com Skinner (1990, 1981/1984), práticas culturais começam com um indivíduo, o qual foi capaz de solucionar um problema ou instituir novas atividades, as quais se provaram importantes para a sobrevivência do grupo. As conseqüências reforçadoras se refletiriam, então, sobre o grupo e não somente sobre um indivíduo em particular. Assim, tais práticas seriam transmitidas para as gerações seguintes fazendo que a cultura evoluísse. A prática cultural e a própria cultura se mantêm através do reforço social entre os membros do grupo.

Existem na literatura alguns exemplos que sugerem como o conteúdo dos sonhos podem ser também um produto social. Entre os índios norte-americanos, os sonhos eram considerados elementos integradores da religião (eram mensagens espirituais) e do sistema social, haja vista que os interpretadores de sonhos faziam parte da elite social. Como era exigido que os sonhos tivessem alguma informação importante para o grupo, esses índios parecem ter criado um “sonho padrão de cultura”, pois os sonhos, em geral, pareciam sempre envolver mensagens espirituais, premonições, e assim por diante; aquele indivíduo que sonhasse com mensagens que se provassem realmente positivas para o grupo eram recompensados (Pimentel-Souza e col., 2000). Ter sonhos com mensagens espirituais parecia ser uma regra do grupo; dessa forma, presumivelmente, essa prática se manteve devido ao reforçamento social dos membros

e, de alguma forma, também devido à contiguidade entre tais mensagens e os eventos subsequentes contidos nos sonhos. Por outro lado, não deveria ser raro que os próprios membros, na presença de algum problema, tentassem resolvê-lo e, assim pudessem ver encobertamente, nos sonhos, a solução para o problema. Embora, para tais índios, esse sonho fosse interpretado enquanto mensagens espirituais, pode-se sugerir que fizeram parte do processo de resolução de problemas, talvez, enquanto respostas precorrentes, as quais serviram como estímulo discriminativo para o comportamento público subsequente (Skinner, 1969/1980). Também, nesse contexto, deveria ser levado em consideração a longa história de resolução de problemas que esse grupo poderia ter; logo, a experiência obtida com situações anteriores também poderiam facilitar a resolução de problemas parecidos em outros contextos (Baum, 1999).

Segundo Pimentel-Souza e colaboradores (2000), na Malásia, os senoi têm uma cultura muito voltada para os sonhos. É prática nesse grupo fazer com que seus membros possam controlar seus sonhos a fim de desenvolver um equilíbrio emocional. Para os senoi, existem, pelo menos, três regras básicas para os sonhos: (a) deve-se enfrentar o perigo e vencer o medo; (b) deve-se permitir atingir o prazer total, seja com quem for o sonho; e (c) deve-se sempre alcançar um resultado positivo nos sonhos, mesmo que isso envolva um esforço para reverter uma situação aversiva. Outra prática entre os senoi é a relação que fazem entre os sonhos e a vida real: se a pessoa sonha consigo mesma agindo agressivamente com outros, então ela deveria avaliar seu modo de interação com os demais e, se for o caso, modificar seu comportamento; se sonha com outra pessoa lhe agredindo, então deveria conversar com o agressor para que não haja desentendimentos no grupo e assim por diante. A maneira com que os senoi lidam com os sonhos têm sido avaliada como produzindo maturidade emocional e social ao grupo. Pode-se inferir que os senoi, de acordo com as regras para os sonhos, freqüentemente, sonham com eventos reforçadores e, por outro lado, sabendo-se que os senoi acreditam que “sonhos bons” garantem um certo equilíbrio emocional em seus membros, este tipo de prática tende a ser mantida pelo grupo. Destarte, pode-se afirmar que aquela prática considerada importante dentro de uma cultura e, mais estreitamente, dentro de certos grupos sociais, exerce forte controle sobre o comportamento dos membros que fazem parte dessa cultura. Os indivíduos, então, modificam e mantêm seus comportamentos de acordo com as contingências de reforçamento do grupo.

Nossa cultura não tem o que se chamou (Pimentel-Souza e col., 2000) de um “sonho padrão de cultura”, no entanto, a prática de um grupo social pequeno pode também participar no controle do conteúdo dos sonhos. Por exemplo, uma pessoa que foi submetida a uma rígida educação religiosa, mas não tem honrado seus compromissos com a igreja pode sonhar com Deus a mandá-la ir à igreja. Ao relatar o sonho para a mãe, por exemplo, esta pode encaminhá-la para uma confissão. Fazendo isso, o sonhador pode ter seu comportamento reforçado pela mãe e a própria pessoa pode se “sentir aliviada” por tê-lo feito. Isto dificilmente ocorreria com alguém que não acreditasse em Deus, ou que, pelo menos, não tivesse sido exposto a contingências tão aversivas com relação à religião.

Considerações Finais

A partir das análises aqui descritas, então, pode-se afirmar que a interpretação de um sonho é, praticamente, impossível sem o conhecimento da história de vida da pessoa e, mais especificamente, se não se conhecem as contingências de reforço com as quais ela está interagindo.

Disso, segue-se que os famosos dicionários de sonhos não podem responder pela singularidade de cada pessoa, pois um símbolo significaria a mesma coisa para todos os sonhos, a despeito do sonhador. É notório que a interpretação de sonhos baseada em símbolos é muito popular, porém, acredita-se que esses símbolos não levam em consideração, nem as diferenças individuais, nem as diferenças culturais entre as pessoas. Diferentemente de teorias baseadas em símbolos, como a de Freud e Jung (Lindzey e cols., 1977), acredita-se que os sonhos não têm um significado, mas sim que o significado é resultado de interpretações que diferem de acordo com a abordagem teórica ou filosófica do interpretador, enquanto um psicanalista vai interpretar os sonhos como, por exemplo, constituído de natureza sexual, um behaviorista vai interpretar os sonhos a partir das contingências de reforçamento responsáveis por eles.

O sonho é único para a pessoa que sonha até que ela torne público o seu sonho. E é exatamente com esse objeto, o relato de sonho, que o analista do comportamento trabalha. No entanto, assim como o sonho, a autodescrição também é produto de contingências de reforço da comunidade verbal. Logo, a capacidade de descrever os sonhos está relacionada com a habilidade da pessoa em discriminar seus eventos privados enquanto uma resposta verbal condicionada pela ação do grupo social no qual está inserida, como descrito anteriormente.

Não obstante, como a comunidade verbal não tem um acesso direto aos eventos privados, nem sempre se pode ter certeza da precisão das descrições sobre esses eventos. Outra questão é “se as palavras usadas para descrever o comportamento encoberto são as palavras adquiridas por ocasião do comportamento público” (Skinner, 1974/1993, p. 28), pode-se dizer também que as razões que a comunidade fornece para nossos comportamentos públicos também tendem a ser as mesmas razões que damos ao nosso comportamento encoberto. Em geral, como nossa comunidade é internalista, as razões que fornecemos para nosso comportamento são descrições de sentimentos, como por exemplo, a resposta à pergunta “*por que você está chorando?*” pode ser simplesmente “*porque estou deprimida*” e, para a maior parte das pessoas essa resposta basta, como diz Skinner (1974/1993) “as explicações do comportamento variam de acordo com os tipos de respostas aceitas pela comunidade verbal” (p. 30). Se a pergunta “*por que você está chorando?*” fosse formulada por um behaviorista radical, a resposta “depressão” como causa não seria aceita; provavelmente ele perguntaria algo como “*mas o que aconteceu; qual foi o problema?*” e assim por diante até que a resposta fosse remetida às condições ambientais externas ao organismo.

Nesse sentido, embora o próprio indivíduo seja a pessoa, digamos, mais capaz de conhecer sua história e, assim, analisar as condições que os levaram a se comportar de determinada maneira, pela análise aqui exposta, considera-se que um analista do comportamento esteja melhor preparado para interpretar o relato dos comportamentos (públicos ou privados e, neste caso, os sonhos), uma vez que poderá determinar qual o contexto em que o comportamento aconteceu através da análise das relações funcionais observadas a partir das descrições da pessoa e pelo conhecimento prévio da história de reforçamento da mesma. É nesse contexto que os sonhos podem se relacionar com o auto-conhecimento, ou seja, o relato dos sonhos pode servir como instrumento para que o analista do comportamento leve a pessoa a discriminar as contingências das quais o comportamento é função. Neste caso, o analista do comportamento “está presumivelmente salientando relações causais que este [indivíduo] ainda não havia tomado consciência” (Skinner, 1974/1993, p. 30)

A simples discriminação das contingências que controlam o comportamento não é suficiente para uma mudança comportamental, caso este seja o propósito da análise. O auto-conhecimento é indispensável, mas o alcance maior da auto-discriminação do comportamento deve ser, de acordo com Skinner, a possibilidade de alterar

as contingências que controlam aquele comportamento para que o indivíduo possa se tornar mais hábil no gerenciamento de seus problemas de maneira tal que ele possa interagir de forma mais funcional com o seu ambiente físico e social.

Ao final de toda esta análise dos sonhos, podemos resumir a posição behaviorista radical da seguinte forma:

- Para Skinner (1974/1993, 1968/1972), os sonhos são comportamentos encobertos (ver na ausência da coisa vista), sendo estudados, então, no âmbito da subjetividade;

- Dizer que os sonhos são comportamentos equivale dizer que os mesmos são produtos das histórias de condicionamento respondente e operante que se desenvolveram a partir de três níveis diferenciados de seleção e variação que respondem pela determinação do comportamento: filogênese, ontogênese e cultura;

- Para entender os sonhos, pode-se verificar as análises skinnerianas sobre o comportamento perceptual, mais especificamente, o ver;

- O comportamento de ver está relacionado com o controle de estímulos. As histórias de condicionamento respondente e operante respondem pelo comportamento de ver tanto na presença quanto na ausência dos estímulos;

- Pode-se dizer que aquilo com que sonhamos é produto de estímulos condicionados, discriminativos e reforçadores que estão presentes na história ambiental da pessoa. Além disso, Skinner (1968/1972, 1974/1993) valoriza, sobremaneira, o papel da privação e das emoções no comportamento de sonhar;

- A natureza dos sonhos e a aprendizagem do seu conteúdo é defendida com base na análise das histórias filogenética, ontogenética e cultural;

- A interpretação dos conteúdos de um sonho, bem como a análise entre as circunstâncias nas quais o sonho ocorreu são, praticamente, impossíveis sem o conhecimento da história de vida da pessoa e, mais especificamente, se não se conhecem as contingências de reforço com as quais ela está interagindo, pois o sonho não tem um significado, mas seu significado é tão somente resultado de interpretações, as quais dependem da história de vida do interpretador, aí inclusa a abordagem teórica ou filosófica adotada pelo mesmo;

- O relato dos sonhos pode ser usado como um instrumento para que o indivíduo discrimine as relações entre o conteúdo do sonho e as circunstâncias a que está exposto durante a vigília. Ou seja, o relato dos sonhos pode ser utilizado para alcançar o auto-conhecimento.

Ressalta-se que uma análise comportamental do sonho e seu conteúdo deve ser fundamentada em pesquisas empíricas, sejam elas básicas ou aplicadas. Uma maneira de se verificar a teoria aqui apresentada poderia ser, por

exemplo, uma pesquisa inter-cultural, ou entre diferentes práticas culturais a fim de avaliar se existem diferenças no conteúdo dos sonhos dos participantes e se este conteúdo está relacionado com a história de vida dos mesmos, levando-se em consideração o contexto cultural em que essas pessoas estão inseridas.

Poder-se-ia também verificar populações que tenham passado por mudanças significativas na vida, como separação, nascimento de filhos, ou mesmo, experienciado situações traumáticas. Conhecendo o conteúdo dos sonhos dessas pessoas no momento atual, poder-se-ia verificar diferenças no seu conteúdo antes e após tais experiências. Um outro modo de se verificar a plausibilidade da análise comportamental dos sonhos fundamentada na história de vida dos indivíduos e comprovar ou não se estes sonhos estão relacionados a estímulos discriminativos, condicionados ou reforçadores poderia ser a realização de pesquisas longitudinais, o que permitiria verificar o desenvolvimento do conteúdo dos sonhos e sua relação com os eventos da história de vida da pessoa. É provável, no entanto, que um estudo longitudinal sobre os sonhos possa interferir no modo como os participantes lidam com os sonhos, haja vista que deveriam relatá-los constantemente. Nesse sentido, talvez, a análise dos sonhos realizada pelos pesquisadores não deva ser descrita, pelo menos inicialmente, aos participantes a fim de garantir um mínimo de controle sobre as variáveis que podem influenciar no relato dos sonhos.

De qualquer maneira, o que se quer enfatizar é que, de acordo com a Análise do Comportamento, toda teoria deveria ser acompanhada por uma base empírica que lhe fundamentasse. Essa é uma vantagem da Ciência do Comportamento e deveria ser o objetivo de todos aqueles que se fundamentam na filosofia da ciência de Skinner, haja vista que os propósitos de uma ciência do comportamento são a predição e o controle do comportamento, os quais são atingidos através das observações funcionais entre os eventos ambientais e comportamentais.

Com relação aos sonhos, pode-se afirmar que a análise behaviorista dos sonhos é um assunto pertinente e necessário haja vista a grande importância que tem sido dada a esse fenômeno ao longo da história da humanidade. Embora não se possa alcançar todos os pontos relevantes em apenas um trabalho - que foi apenas um "exercício de interpretação", realizado com base no Behaviorismo Radical -, espera-se que esse ensaio tenha sido útil no sentido de subsidiar maiores discussões e pesquisas sobre a análise dos sonhos na teoria behaviorista. De qualquer forma, espera-se que tenha ficado claro que

os sonhos não devem ser encarados como algo interno e, muito menos, um substrato mental, e sim deve ser analisado como produto das histórias de variação e seleção que ocorrem nos níveis ontogenético, filogenético e cultural.

Referências

- Alencar, E. (1995). *Psicologia: Introdução aos princípios básicos do comportamento*. (10ª Edição). Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes. (Original publicado em 1976)
- Anderj, M. (1997). O modelo de seleção por conseqüências e a subjetividade. Em R. Banaco (Org.), *Sobre comportamento e cognição* (pp. 199-208). São Paulo: ARBytes.
- Baum, W. (1999). *Compreender o behaviorismo: Ciência, comportamento e cultura* (M. T. A. Silva, M. A. Matos, G. Y. Tomanari & E. Z. Tourinho, Trads.). Porto Alegre: Artmed. (Original publicado em 1994)
- Cardoso, S. (1997) *Sonhos*. Retirado em 02.06.1998 no World Wide Web: epub.org.br/cm/n02/mente/sonhos1/htm.
- Crowther, J. (Org.). (1998). *Oxford advanced learner's dictionary*. Oxford: Oxford University Press.
- Enciclopédia Mirador Internacional.(1992). Sonhos (Vol. 19, pp. 10588-10590). São Paulo-Rio de Janeiro: Encyclopaedia Britannica do Brasil.
- Foulkes, H. & Cartwright, R. (1999). Sleep. Em *Encyclopedia Britannica* [Online]. Retirado em 03.01.2000 no World Wide Web: britannica.com/bcom/eb/articles.
- Ferreira, A. (1986). *Novo dicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Garcia-Roza, L. (1993). *Freud e o inconsciente* (8ª Ed.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Original publicado em 1988)
- Hartmann, E. (1996). Outline for a theory on the nature and functions of dreaming. Em *Dreaming*, 6(2). Retirado em 20.04.1998 no World Wide Web: asdrem.org/journal/articles/hartmam.htm.
- Hayes, L. (1992). Thinking. Em S. Hayes & L. Hayes (Org.), *Understanding verbal relations* (pp.149-164). Reno: Context Press.
- Hess, N. (1993). Alguns problemas técnicos no trabalho com sonhos (M. A. Rangel, Trad.). *Psicoterapia e Interação*, 1, 71-81. (Original publicado em 1990)
- Jouvet, M. (1967). The states of sleep. Em *Scientific American*. Retirado em 20.04.1998 no World Wide Web: sciam.com/1096issue/0267jouvet.html#7.
- Kantor, J. (1922). Memory: A triphase objective action. *Journal of Philosophy*, 19, 624-639.
- Kantor, J. (1975). Implicit Interbehavior. Em J. Kantor & N. Smith (Orgs.), *The science of psychology: An interbehavioral survey* (pp. 198-211). Chicago: Principia Press.
- Kantor, J. (1987). What qualifies interbehavioral psychology as an approach to treatment? Em D. Ruben & D. Delprato (Orgs.), *New ideas in therapy: Introduction to an interdisciplinary approach* (pp. 3-8). Westport: Greenwood Press.
- Kerr, N., Foulkes, H. & Schmit, M. (1982). The structure of laboratory dream reports in blind and sighted subjects. *The Journal of Nervous and Mental Disease*, 170(5), 286-294.
- Lindzey, G., Hall, C. & Thompson, R. (1977). *Psicologia* (E. Schneider, C. Ziviani, C.de Sá & H. Krüger, Trads.). Rio de Janeiro: Guanabara Koogan.
- Pimentel-Souza, F., Mendes C., Fonseca E., Pontes, F., Moura, P., Andrade, R., Simões, R., Alves, R & Guima, R. (1988). Panorama do sono e dos sonhos. *Revista de Psicofisiologia*, 2(1). Retirado em 15.01.2000 no World Wide Web: icb.ufmg.br/lpf/pedagogia.html.

- Pimentel-Souza, F., Ballalai, A., Motta, C., Souza, E., da Silva, J., Lima, L., Guatimusin, P. & Bastos, R. (2000). Sono, destacando o sonho, o ritmo biológico e a insônia. *Revista de Psicofisiologia*, 2(1). Retirado em 17.03.2000 no World Wide Web: icb.ufmg.br/lpf/revista/monografia9/Monografia-sobre-o-sono.html.
- Punamäki, R. (1999). The relationship of dream content and changes in daytime mood in traumatized vs. non-traumatized children. Em *Dreaming*, 9(4). Retirado em 15.01.2000 no World Wide Web: asdreams.org/journal/articles/punamamaki9-4.htm
- Rycroft, C. (1975). *Dicionário crítico de psicanálise*. Rio de Janeiro: Imago.
- Santos, T. (1957). *Psicologia dos sonhos: Gênese, natureza e função dos processos oníricos*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- Schulze, B. (1997). *Dreams and dreaming*. Retirado em 04.05.1999 no World Wide Web: <http://library.advanced.org/11189/gather/infintro.htm>.
- Skinner, B. (1945). The operational analysis of psychological terms. *Psychological Review*, 52, 270-272/291-294.
- Skinner, B. (1972). *Tecnologia de ensino* (R. Azzí, Trad.) (4ª ed.). São Paulo: Herder/EPU. (Original publicado em 1968)
- Skinner, B. (1978). *O comportamento verbal*. São Paulo: Cultrix. (Original publicado em 1957)
- Skinner, B. (1980). Contingências do reforço (R. M. Moreno, Trad.). Em *Coleção Os Pensadores, Pavlov/Skinner*. São Paulo: Abril. (Original publicado em 1969)
- Skinner, B. (1984). Selection by consequences. *Behavioral and Brain Sciences*, 7, 477-481. (Original publicado em 1981)
- Skinner, B. (1987). What is wrong with daily life in the western world? Em B. Skinner (Org.), *Upon further reflection* (pp. 51-31). Englewood Cliffs: Prentice Hall. (Original publicado em 1986)
- Skinner, B. (1989). *Ciência e comportamento humano* (J.C. Todorov & R. Azzí, Trad.). (7ª ed.). São Paulo: Martins Fontes. (Original publicado em 1953)
- Skinner, B. (1990). Can psychology be a science of mind? *American Psychologist*, 45(11), 1206-1210.
- Skinner, B. (1991). *Questões recentes na análise comportamental*. Campinas: Papirus. (Original publicado em 1989)
- Skinner, B. (1993). *Sobre o behaviorismo* (M. P. Villalobos, Trad.) (9ª ed.). São Paulo: Cultrix. (Original publicado em 1974)
- Straton, P. & Hayes, N. (1994). *Dicionário de psicologia* (E. Rovai, Trad.). São Paulo: Pioneira. (Original publicado em 1993)
- Tourinho, E. (1997a). O conceito de comportamento encoberto no behaviorismo de B. F. Skinner. Em R. Banaco (Org.), *Sobre comportamento e cognição* (pp. 267-271). São Paulo: ARBytes.
- Tourinho, E. (1997b, Setembro). *Conseqüências do externalismo behaviorista radical*. Trabalho apresentado no VI Encontro da Associação Brasileira de Psicoterapia e Medicina Comportamental. Santos, São Paulo.
- Webb, W. & Cartwright, R. (1999). Dream. Em *Encyclopedia Britannica* [Online]. Retirado em 03.01.2000 no World Wide Web: britannica.com/bcom/eb/articles.

Recebido em 29.11.1999
Primeira revisão em 19.01.2000
Aceito em 10.04.2000

Sobre a autora:

Francynete Melo e Silva é Psicóloga, com Formação em Psicólogo, Licenciatura Plena e Bacharelado em Psicologia pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Atualmente é Mestranda do Curso de Mestrado em Psicologia: Teoria e Pesquisa do Comportamento do Laboratório de Psicologia Experimental, pela UFPA e Bolsista da CAPES (MCT).

NEPF

Núcleo de Estudos em Psicologia Fenomenológica

**Pelo avanço e difusão de instrumental metodológico de
linhagem fenomenológica na pesquisa em psicologia.**

Prof. William B. Gomes
Curso de Pós-Graduação em Psicologia
Instituto de Psicologia
Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Rua Ramiro Barcelos 2600
90035.003 Porto Alegre -RS
Fax.: 0xx 51 330 4797
E-mail: gomesw@vortex.ufrgs.br

Visite nossa Homepage:

<http://urso.psico.ufrgs.br/fenomenologia/>